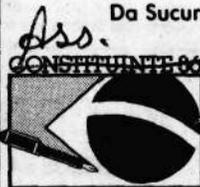


# População pede participação direta no governo

Da Sucursal do Rio



Ass. "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido." O parágrafo 1º do artigo 1º da Constituição brasileira, talvez a sua frase mais famosa, não estará no esboço do anteprojeto de Constituição que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais prepara como subsídio para o Congresso constituinte. Em seu lugar, será definido: "Todo poder emana do povo e é por ele exercido, na forma disposta pela presente Constituição", afirmando a "participação direta" da população no governo.

A nova forma foi aprovada pelo comitê temático da Comissão que debateu a questão dos direitos do cidadão e a idéia da "participação direta" resulta de uma série de propostas, também aprovadas, que a Comissão recebeu da sociedade, em cartas individuais, documentos de entidades de classe, de parlamentares, câmaras de vereadores, prefeituras. Cerca de dez mil sugestões chegaram à Comissão, de setembro — quando ela foi constituída — até hoje. O presidente da Comissão, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, 80, declarou que as contribuições "traduzem de forma surpreendente o interesse da população no processo constitucional" e confessou-se "angustiado: não teremos tempo para digerir tudo o que recebemos".

## Seleção

As propostas recebidas são selecionadas, resumidas e catalogadas por um grupo de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas do Rio, processadas no Centro de Processamento de Dados da instituição e encaminhadas aos 51 membros da Comissão. A maior parte delas foi analisada pelo comitê temático nº 1, que tratou dos temas "Declaração de Direitos e Relações Internacionais". "As aspirações sociais refletem-se, por natureza, na declaração de direitos que, na nova Constituição, tem de estar de acordo com as novas condições da sociedade brasileira", disse o professor Cândido Mendes de Almeida, 59, secretário e relator desse comitê.

"A maior parte das sugestões

recebidas estão no relatório do nosso comitê, que será votado pela plenária da Comissão, para inclusão no anteprojeto constitucional", disse Cândido. Entre elas, está a criação da figura do "defensor do povo", escolhido pela sociedade civil, através do Congresso Nacional, que enviará lista tríplice ao presidente da República para escolha do nome. A sugestão, enviada entre outros, pela Associação Comercial da Bahia visa, "em ação desligada da burocracia, a vigilância das atividades do Executivo e Legislativo e sua correspondência às aspirações sociais".

A ampliação dos direitos políticos, "expressa de forma genérica, no novo texto dado ao parágrafo 1º do artigo 1º, foi — segundo Cândido Mendes — outra das principais linhas reivindicatórias resultantes da reunião e das sugestões recebidas". O comitê temático nº 1 aprovou as propostas de participação popular no processo legislativo, através de apresentação direta de projeto de lei por um grupo de eleitores, revogação do mandato de deputado considerado "infel" ao seu compromisso político, desde que 50% dos votantes correspondentes ao coeficiente eleitoral do parlamentar votem pela revogação, e "referendum" da população a projeto de lei aprovado, desde que proposto por, no mínimo, 25% dos membros do Congresso.

## Voto aos 16

Foram tantas as reivindicações de grupos ecológicos e pessoas preocupadas com a preservação do meio ambiente que a Comissão colocou as "condições ambientais" como título de um dos capítulos do anteprojeto de Constituição, "atitude pioneira", segundo Cândido Mendes. Por sugestão de alas jovens dos partidos políticos (PMDB, PFL, PH, PDC e Pasart), o direito de voto a partir dos 16 anos também foi incluído no relatório do comitê. As reivindicações sindicais foram principalmente relativas ao direito de greve. O comitê definiu "de forma ampla o direito de greve, estendendo-o às atividades essenciais, comprometendo-se o Estado, nesse caso, a prover a continuidade dos serviços".

O anteprojeto de Constituição da Comissão poderá ter "novos direitos", correspondentes às "ameaças

emergentes vindas do refinamento tecnológico e do avanço da rede de informação e comunicações sociais". Esses direitos também foram sugeridos nas contribuições à Comissão: o comitê aprovou a "reserva da intimidade pessoal" (direito à privacidade), o direito à imagem e o direito ao conhecimento de todo o processamento de dados concernente à própria pessoa.

Nem todas as propostas, no entanto, foram examinadas. Assim, os membros da Comissão não

puderam apreciar sugestões como de Hélio Silva Oliva, de Rio Preto, município a 320 km ao sul de Belo Horizonte (MG), que defende a inclusão da cachaça, do samba e da mulata entre os símbolos nacionais; ao lado da Bandeira e do Hino Nacional. Ou como outra, anônima, que quer a implantação das "dezois horas semanais de trabalho e a decretação do novo fim-de-semana, se segunda a sexta-feira". A Comissão foi mais tímida: aprovou as quarenta horas semanais.

NOVA TIJUBA